

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem e Gastronomia de Curitiba e Região
DATA BASE - 1º DE OUTUBRO

Convenção Coletiva de Trabalho que entre si ajustam, de um lado, representando os EMPREGADORES o **SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE CURITIBA**, inscrito no CNPJ sob nº 75.157.529/0001-12, situado na Alameda Julia da Costa, 64, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no final assinado por seu Presidente, Dr. Marco Antônio de Oliveira Fatuch, inscrito no CPF sob nº 005.967.609-49, autorizado pela assembleia geral extraordinária realizada no dia 13 de setembro de 2007 e, de outro lado, representando os EMPREGADOS, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO HOTELEIRO, MEIOS DE HOSPEDAGEM E GASTRONOMIA DE CURITIBA E REGIÃO**, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº. 233 - 14º andar, na cidade de Curitiba - Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº. 76.690.353/0001-22, representado por seu Presidente Luís Alberto dos Santos, inscrito no CPF sob o nº. 499.645.509-87, infra-assinado, devidamente autorizado pela assembleia geral realizada no dia 31 de agosto de 2007, tem justos e contratados firmar a presente Convenção, a se reger pelas cláusulas adiante:

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E BASE TERRITORIAL E APLICAÇÃO: A presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO terá vigência para o período de 01.10.2007 a 30.09.2008, e se aplicará a todos os empregados em Hotéis, Apart-Hotéis, Flats, Fast Food, Restaurantes, Bares, Motéis, Hospedarias, Casas de Cômodos, Churrascarias, Lanchonetes, Café, Sorveterias, Casa de Chá, Buffet, meio de hospedagem, Pizzarias, e Empresas que comercializam Alimentação Preparada e Similares; na base territorial do sindicato profissional, nos municípios de **CURITIBA**, ALMIRANTE TAMANDARÉ, ARAUCÁRIA, Balsa Nova, BOCAIUVA DO SUL, CAMPINA GRANDE DO SUL, CAMPO LARGO, CAMPO MAGRO, COLOMBO, CONTENDA, FAZENDA RIO GRANDE, ITAPERUÇU, LAPA, MANDIRITUBA, PIRAQUARA, PINHAIS, QUATRO BARRAS, QUITANDINHA, RIO BRANCO DO SUL e SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

CLÁUSULA SEGUNDA - PISO SALARIAL: Fica garantido como piso salarial aos empregados das empresas abrangidas por esta CONVENÇÃO, a partir de 1º de outubro de 2007, o valor de R\$ 470,00 (Quatrocentos e setenta reais) ou R\$ 2, 14 (dois reais e quatorze centavos) por hora laborada em horário normal.

CLÁUSULA TERCEIRA – REAJUSTE SALARIAL: A partir de 1º outubro de 2007, os salários dos empregados abrangidos pela presente convenção coletiva de trabalho terão os seguintes reajustes: para salários até R\$ 1.700,00 (um Mil e Setecentos Reais), será concedido o percentual de 4,92% (Quatro virgula noventa e dois por cento), e para a parcela superior a R\$ 1.700,00 (um Mil, Setecentos Reais) será concedido o percentual de 3,5% (três e meio por cento), incidentes sobre os salários devidos em outubro de 2006, já corrigidos na forma da Convenção Coletiva de Trabalho anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O reajuste salarial concedido no caput, não incidirá sobre os valores especificados e relativos aos tarefas de que trata o parágrafo primeiro da cláusula 18ª;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Aos empregados admitidos após 01.10.2006, com salário acima do piso e até o teto de R\$1.700,00 (um Mil e Setecentos Reais) o reajuste será proporcional ao período laborado, conforme tabela abaixo:

MÊS ADMISSÃO	ÍNDICE DE REAJUSTE	MÊS ADMISSÃO	ÍNDICE DE REAJUSTE
SET/07	0,4097%	MAR/07	2,8679%
AGO/07	0,8194%	FEV/07	3,2776%
JUL/07	1,2291%	JAN/07	3,6873%
JUN/07	1,6388%	DEZ/06	4,097%
MAI/07	2,0485%	NOV/06	4,5067%

ABR/07	2,4582%	OUT/06	4,920%
--------	---------	--------	--------

PARÁGRAFO TERCEIRO – Aos empregados admitidos após 01.10.2006, a parcela do salário que ultrapassar R\$1.700,00 (Um Mil e Setecentos Reais) será reajustada proporcionalmente ao período laborado, conforme tabela abaixo:

MÊS ADMISSÃO	ÍNDICE DE REAJUSTE	MÊS ADMISSÃO	ÍNDICE DE REAJUSTE
SET/07	0,2917%	MAR/07	2,0419%
AGO/07	0,5834%	FEV/07	2,3336%
JUL/07	0,8751%	JAN/07	2,6553%
JUN/07	1,1668%	DEZ/06	2,917%
MAI/07	1,4585%	NOV/06	3,2087%
ABR/07	1,7502%	OUT/06	3,500%

PARÁGRAFO QUARTO – DIFERENÇAS SALARIAIS: As diferenças salariais dos meses de outubro e novembro de 2007 devem ser pagas até o quinto dia útil do mês de janeiro de 2008, sem a incidência de correção;

PARÁGRAFO QUINTO: O saldo do 13º salário referente ao ano 2007 será pago até 20 de dezembro de 2007, com os salários já reajustados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA - HORAS EXTRAS: As horas extras serão pagas com o adicional de 60% (sessenta por cento) sobre o valor da hora normal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho, até o limite de 10 (dez), não serão consideradas como jornada extraordinária; garantindo-se ao empregado igual tolerância. Na hipótese de haver ultrapassado esse limite será considerado para a empregadora como extra a totalidade do tempo que exceder; e o empregado poderá sofrer desconto ou punição.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Mediante acordo coletivo de trabalho, em conformidade com a legislação vigente e com a participação do sindicato profissional, poderão as empresas celebrar acordos objetivando instituição do "Banco de Horas", utilizando-se para tanto da minuta aprovada pelos sindicatos convenentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas que desejarem implementar o banco de horas, nos termos da minuta aprovada pelas partes, anexa, deverão constituir comissão composta por até três representantes da empresa e de três representantes dos empregados da empresa, por estes eleitos com a fiscalização de um diretor do sindicato dos empregados, incumbindo a esta comissão o trabalho de divulgação e preparação da votação, para aprovação ou não do mencionado banco de horas, sendo que a votação será acompanhada por um diretor do sindicato dos empregados;

CLÁUSULA QUINTA – INTERVALO INTRAJORNADA: Fica autorizado, por este instrumento, as empresas celebrarem acordo individual com seus empregados que exerçam suas funções em cozinhas, copas e restaurantes, a prorrogação do intervalo intrajornada até 6 (seis) horas.

CLÁUSULA SEXTA - GRATIFICAÇÃO POR APOSENTADORIA: Para os empregados que tenham 05 (cinco) anos ou mais de trabalho na mesma empresa, por ocasião da aposentadoria, o empregador pagará ao empregado a título de gratificação 01 (um) piso da categoria, até o 10º (décimo) dia após a concretização da mesma, e não terá natureza salarial nem integrará outras verbas da rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA - FOLGAS SEMANAIS: O descanso semanal remunerado dos empregados deverá recair em pelo menos um domingo por mês.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem e Gastronomia de Curitiba e Região
DATA BASE - 1º DE OUTUBRO

CLÁUSULA OITAVA - VALE TRANSPORTE: O desconto dos percentuais permitido, a título de fornecimento de vales transporte, incidirá apenas sobre os salários dos dias em que efetivamente há o fornecimento dos mesmos, no valor máximo de 5% (cinco por cento).

CLÁUSULA NONA - COMPROVANTES DE PAGAMENTO: As empresas fornecerão aos empregados comprovantes de pagamento contendo discriminadamente, as parcelas pagas, inclusive a parte variável, horas extras e os descontos efetuados, além do valor dos depósitos do FGTS.

CLÁUSULA DÉCIMA – UNIFORMES: As empresas fornecerão gratuitamente uniformes para uso em serviço que deverão ser devolvidos ao término do contrato de trabalho. Tratando-se de terno "sem emblema", a empregadora poderá exigir participação do empregado no custo da confecção, sendo que nesta hipótese o terno passa a ser de propriedade do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ATESTADOS MÉDICOS: Fica convencionado que os atestados médicos firmados por profissionais credenciados pelo Sindicato Profissional terão a mesma validade que os firmados pela Previdência Social, salvo convênio firmado pela empresa, devendo constar dos mesmos o CID (Código Internacional de Doenças) e horário de realização da consulta.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CONTROLE DE JORNADA: As empresas com mais de 10 (dez) empregados instituirão cartões ou livro ponto, nos quais somente o empregado poderá anotar as jornadas efetivamente laboradas, não se admitindo a participação de empregados em portarias ou departamentos de pessoal para aquele propósito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ANOTAÇÕES NA CTPS: As empresas deverão anotar em 48 (quarenta e oito) horas na Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados, o contrato de trabalho, a função efetivamente exercida e a remuneração contratada, inclusive a parte variável, assim compreendida: AS COMISSÕES, TAXAS DE SERVIÇOS, PONTOS ou outras formas de participação do empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS: Quando o empregador deixar de efetuar o pagamento dos salários dos empregados nos prazos legais, ficará sujeito ao pagamento de multa diária de 0,5% (meio por cento), do valor devido a este título, por dia de atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA: Aos empregados que estiverem a um máximo de 12 (doze) meses de aquisição do direito a aposentadoria, e que contém no mínimo 05 (cinco) anos de serviço no estabelecimento, asseguram-se o emprego e salário durante o período que falte para a aquisição do direito à aposentadoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FÉRIAS PROPORCIONAIS: Na cessação do contrato de trabalho, por pedido de demissão, terá direito o empregado com um mínimo de 03 (três) meses de serviço na empresa, ao recebimento de férias proporcionais na base de 1/12 (um doze avos) por mês, ou fração superior a 14 (quatorze) dias de serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO: Para cálculo da parte variável da remuneração para efeitos de férias, 13º salário e verbas rescisórias, serão calculados observando-se a média dos últimos 6 (seis) meses;

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – TAREFEIRO: Ficam reconhecidas as funções de empregados tarefeiros; que são os que recebem por tarefa ou eventos (almoços, jantares,

coquetéis, etc.).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A partir de outubro de 2007, os tarefeiros, conforme as funções abaixo receberão por tarefa / evento os seguintes valores:

a) Copoeiro:	R\$ 42,00;
b) Serviços Gerais:	R\$ 42,00;
c) Auxiliar de Cozinha:	R\$ 48,00;
d) Cozinheiro:	R\$ 60,00;
e) Garçom:	R\$ 80,00;
f) Porteiro:	R\$ 60,00.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A garantia estabelecida no parágrafo anterior, no caso de trabalho fora da região metropolitana de Curitiba será acrescida de 50% (cinquenta por cento); e de 100% (cem por cento) se o trabalho se der a 150 (cento e cinquenta) ou mais quilômetros de CURITIBA;

PARÁGRAFO TERCEIRO: Em todo e qualquer trabalho realizado fora da região metropolitana de Curitiba, o transporte, alimentação e hospedagem, serão custeados pelo empregador;

PARÁGRAFO QUARTO: Fica ainda garantido aos empregados tarefeiros o registro de seus contratos de trabalho, podendo sua remuneração ser fixada por tarefa ou evento, nos valores dos parágrafos primeiro e segundo, garantindo-se unicamente, como pagamento mínimo mensal, o valor de 1 (uma) tarefa por mês;

PARÁGRAFO QUINTO - Compreende-se como tarefa / evento, os serviços, do empregado, realizados desde a preparação do salão até o final da atividade, salvo quando ultrapassar oito horas de trabalho, o excedente será paga a hora com o adicional convencional;

PARÁGRAFO SEXTO - Não se aplicam às disposições desta cláusula aos garçons não empregados (eventuais/autônomos);

PARÁGRAFO SÉTIMO: O trabalho de empregados da empresa contratados na condição não tarefeiros, e laborando sob este regime em eventos poderá ser remunerado pelo empregador nos valores constantes no parágrafo primeiro para as respectivas funções, sendo que nesta hipótese as horas despendidas no evento (considerando-se o interregno do parágrafo quinto), não serão computadas na jornada de trabalho, percebendo o empregado apenas o valor previsto para a tarefa, desde que o mesmo não seja inferior ao valor que seria pago como horas extras.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REPOUSO SEMANAL REMUNERADO: Fica vedada a inclusão do repouso semanal remunerado nos percentuais de comissão, ficando ajustado que o cálculo do mesmo será efetuado dividindo-se o valor das comissões pelos dias efetivamente trabalhados e multiplicando-se pelo número de domingos e feriados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DEVOLUÇÃO DE CHEQUES: Os cheques e cartões de crédito devolvidos não poderão ser descontados dos empregados, exceto se estes descumprirem normas internas da empresa, que lhe tenham sido entregues por escrito e contra recibo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - AUSÊNCIAS LEGAIS: Serão consideradas ausências legais, e como tal não poderão ser descontadas dos salários.

a) 3 (três) dias em caso de falecimento de ascendente, descendente, sogro ou sogra;

b) 2 (dois) dias no caso de necessidade de internamento de cônjuge ou filho, ou para obtenção de documentos legais.

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem e Gastronomia de Curitiba e Região
DATA BASE - 1º DE OUTUBRO

c) Os dias de realização de exames do empregado estudante e vestibulando, quando comprovarem a prestação destes no horário de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - SALÁRIO DO EMPREGADO ADMITIDO NA FUNÇÃO DE OUTRO: Ao empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa será garantido salário igual ao do empregado demitido na função, sem considerar vantagens pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - EMPREGADO ACIDENTADO: O empregado que sofrer acidente de trabalho gozará de estabilidade pelo prazo de 30 (trinta) dias após o seu retorno ao serviço, salvo benefício mais favorável, estabelecido por lei e assim sendo o prazo de 30 (trinta) dias ficará sem efeito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – GESTANTE: Fica convencionada, a estabilidade provisória da empregada, desde o início da gravidez até 60 (sessenta) dias após o término da licença previdenciária, não podendo a mesma ser pré-avisada durante tal período, desde que o empregador fique ciente do estado biológico, através de Atestado Médico comprobatório, entregue contra recibo até a data da formalização da rescisão do contrato, ressalvada a hipótese de demissão por justa causa. Na falta de contra recibo, a gestante poderá valer-se de outro meio de prova em direito admitido, para comprovação do conhecimento do seu estado gravídico pelo empregador.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – COMISSIONADOS: Aos empregados que recebem comissões ou outra forma de remuneração variável, fica garantido o valor equivalente ao piso salarial da categoria quando aqueles não alcançarem este.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO: O aviso prévio devido pelo empregador ao empregado que perceba de salário fixo até uma vez e meia o piso salarial da categoria será de 30 (trinta) dias para o empregado que conte com até 05 (cinco) anos de serviço na mesma empresa, e, depois escalonado proporcionalmente ao tempo de serviço como segue, sendo de caráter indenizatório o período que ultrapassar 30 dias:

- a) de 05 a 10 anos de serviço na mesma empresa, 45 (quarenta e cinco) dias;
- b) de 10 a 15 anos de serviço na mesma empresa, 60 (sessenta) dias;
- c) de 15 a 20 anos de serviço na mesma empresa, 75 (setenta e cinco) dias;
- d) de 20 a 25 anos de serviço na mesma empresa, 90 (noventa) dias;
- e) de 25 a 30 anos de serviço na mesma empresa, 105 (cento e cinco) dias;
- f) acima de 30 anos de serviço na mesma empresa, 120 (cento e vinte) dias.

A empresa deverá fazer constar no aviso prévio o dia e horário que o empregado deverá comparecer ao Sindicato Profissional, para o recebimento das verbas rescisórias, sob pena de não poder alegar que eventual atraso seja ocasionado pelo empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – ALIMENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA: A alimentação e a assistência médica, fornecida gratuitamente pelo empregador, diretamente ou através de convênios, não serão consideradas salário "in natura", não integrando para nenhum efeito a remuneração do

empregado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – LICENÇA AOS DIRIGENTES SINDICAIS: Os empregadores se comprometem a conceder licença remunerada aos empregados dirigentes sindicais que não estejam licenciados a serviço do sindicato profissional, quando participarem de encontros, reuniões, congressos, simpósios, cursos, etc., representando e no interesse da categoria profissional, licença que será solicitada pelo sindicato com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, desde que tal licença não seja superior a 10 (dez) dias por ano.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - MENSALIDADE DO SINDICATO PROFISSIONAL: As empresas se obrigam a efetuar o desconto das mensalidades dos associados do Sindicato Profissional, bem como a efetuar o repasse das importâncias descontadas até 05 (cinco) dias após o desconto, sob pena de pagamento de multa equivalente a 100% (cem por cento) do valor devido, independentemente de juros e correção monetária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DESCONTOS AUTORIZADOS: Além dos descontos previstos em Lei, os empregadores poderão proceder a descontos dos salários dos seus empregados, a título de seguro, associação de funcionários, assistência médica, e odontológica, inclusive aquelas instituídas ou mantidas pelo sindicato obreiro, previdência privada e farmácia, desde que expressamente autorizados pelos empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DE CONTRATO: Por ocasião da homologação das rescisões de contrato, as empresas deverão, juntamente com as vias destinadas ao empregado, apresentar uma via destinada ao Sindicato Profissional.

PARÁGRAFO ÚNICO: Fica convencionado que as rescisões de contrato homologadas pelo sindicato profissional importam em quitação exclusivamente dos valores efetivamente pagos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - TAXA DE REVERSÃO PATRONAL: A contribuição das empresas, a ser recolhida em favor do SINDICATO DE HOTÉIS RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DE CURITIBA, é de R\$ 35,00 (Trinta e Cinco Reais) por empregado, sendo a contribuição mínima por empresa de R\$ 98,00 (Noventa e Oito Reais) para as empresas que possuam de 0 (zero) até 03 (três) empregados. O prazo para o recolhimento desta contribuição é até o dia 17 de dezembro de 2007, através das guias próprias ou de depósito na conta nº 1004-5 da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Agência 1627 – João Negrão – Curitiba – Paraná.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: os valores estabelecidos no caput desta cláusula poderão ser pagos com desconto de 10% (dez por cento) de desconto, até a data do vencimento.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O recolhimento após o prazo estabelecido no caput da presente cláusula será acrescido da multa de 2% (dois por cento) por mês de atraso, mais juros de mora de 0,066% ao dia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – CONTRIBUIÇÃO E RECOLHIMENTO EM FAVOR DO SINDICATO PROFISSIONAL: Considerando o TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº. 302/2007, do PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO Nº. 763/2007, que estabelece que a contribuição é dirigida à trabalhadores associados e não associados do sindicato com direito a oposição, e a instituição da Contribuição assistencial aprovada em assembléia geral da categoria com amparo no art. 513, "e" da CLT, em valor correspondente a 12% (doze por cento) em 2 (duas) parcelas do salário base de cada empregado beneficiado, direta ou indiretamente pelo presente instrumento coletivo, a ser

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2007/2008

Trabalhadores no Comércio Hoteleiro, Meios de Hospedagem e Gastronomia de Curitiba e Região
DATA BASE - 1º DE OUTUBRO

descontado pelo empregador que fica responsável pelo repasse ao sindicato profissional nos seguintes termos, ficando ainda limitado o valor do desconto em R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por parcela:

- a) A primeira parcela no valor correspondente a 6% (seis por cento), limitado a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) cada parcela, será descontada dos salários do mês de dezembro de 2007, com recolhimento em guia própria fornecida pelo sindicato profissional, até o dia 07 de janeiro de 2008;
- b) A segunda parcela no valor correspondente a 6% (seis por cento), limitado a R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) cada parcela, será descontada dos salários do mês de janeiro de 2008, com recolhimento em guia própria fornecida pelo sindicato profissional, até o dia 07 de fevereiro de 2008.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os recolhimentos fora dos prazos previstos nas letras "a" e "b", o serão com a multa e os acréscimos previstos no art. 600 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As contribuições serão destinadas para custeio das negociações coletivas, assistências médicas, odontológicas, serviços sindicais e manutenção da entidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fica assegurado o direito de oposição exclusivamente pelos trabalhadores interessados, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do arquivo e depósito na DRT do presente Instrumento Coletivo de Trabalho, a qual só será aceita se realizada diretamente na sede do sindicato profissional de forma individual e manuscrita, vedando-se a interferência ou incitação por parte dos empregadores e departamento de pessoal sob qualquer espécie.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS: As empresas ficam obrigadas a encaminhar a Entidades Sindical Profissional duas cópias de sua **RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS** ou outro documento equivalente contendo a relação e salários consignados na RAIS, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega do referido documento ao órgão competente, ficando o sindicato obreiro obrigado a encaminhar um cópia ao sindicato patronal, no prazo de 10 dias da data em que recebeu o documento.

PARÁGRAFO ÚNICO: O documento mencionado no caput da presente cláusula tem a finalidade de manter atualizado o cadastro do empregador, bem como para fins estatísticos de empregados admitidos e demitidos, o número de homens e

mulheres que atuam no mercado de trabalho afim de que a entidade obreira possa informar de forma correta ao IBGE por ocasião das estatísticas perante a entidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA: Fica mantida a Comissão de conciliação prévia instituída pelos sindicatos laboral e patronal, tendo seu funcionamento de acordo com o regimento interno.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CLÁUSULA PENAL: Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas da presente convenção fica instituída multa equivalente a 30% (trinta por cento) do piso da categoria, que reverterá em favor da parte prejudicada, sejam os empregados, sejam as entidades sindicais signatárias, sendo a multa por empregado e por cláusula infringida.

E, por estarem assim justos e contratados, e para que possam integrar os contratos de trabalho dos componentes das classes e categorias abrangidas, assinam o presente instrumento os representantes das entidades sindicais, profissional e patronal.

Curitiba, 03 de dezembro de 2007.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO
HOTELEIRO, MEIOS DE HOSPEDAGEM E GASTRONOMIA
E REGIÃO**

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS
Diretor Presidente
CPF sob nº 499.645.509-87

**SINDICATO DE HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E
SIMILARES DE CURITIBA.**

MARCO ANTÔNIO DE OLIVEIRA FATUCH
Diretor Presidente
CPF sob nº. 005.967.609-49